

**HABEAS CORPUS Nº 548.173 - RS (2019/0354935-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : LUCAS DE ALMEIDA MOHR  
**ADVOGADO** : LUCAS DE ALMEIDA MOHR - RS0116038  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : ADAO ADONES DA SILVA FAGUNDES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ADÃO ADONES DA SILVA FAGUNDES contra acórdão proferido no HC n.º 0231936-88.2019.8.21.7000 em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais homologou a falta disciplinar de natureza grave praticada pelo Paciente, em razão da violação das condições impostas para a concessão do sistema de monitoração eletrônica, determinando a regressão do Sentenciado ao regime semiaberto e considerando prejudicado o pedido de progressão de regime até a análise da falta grave (fl. 33).

Irresignada com tal decisão, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que foi denegado, nos termos do acórdão de fls. 17-28.

Neste *writ*, o Impetrante alega, em suma, que a conduta do Paciente de se afastar da zona de monitoramento eletrônico não se subsume a quaisquer das faltas graves previstas no art. 50 da Lei de Execução Penal e que possui justificativa que deve ser acolhida, não devendo ser considerada fuga.

Assevera que:

*"No dia 11/08/2019, o apenado acabou se afastando da zona de monitoramento, por alguns momentos, mas tão somente para levar sua cachorra até uma Veterinária na Avenida Rossetti, local mais próximo de sua residência."* (fl. 6)

Aduz que a inobservância do perímetro estabelecido para monitoramento da tornozeleira eletrônica não configura a prática de falta grave, dada a peculiaridade da situação em que se encontrava, mas, no máximo, infração disciplinar, nos moldes do art. 146-D da

LEP; e que, nas ocasiões anteriores, como foi reconhecido pelo Juízo das Execuções Penais, o Sentenciado afastou-se do perímetro por motivo de trabalho como vendedor ambulante.

Insurge-se contra a caracterização do afastamento como fuga, alegando que a atipicidade da conduta como falta grave.

Assevera que *"a não observância do perímetro estabelecido para monitoramento de tornozeleira eletrônica configura mero descumprimento de condição obrigatória que autoriza a aplicação de sanção disciplinar, mas não configura, mesmo em tese, a prática de falta grave"* (fl. 13).

Acrescenta que o Paciente, desde 12/06/2019, já possuía direito à progressão para o regime aberto, o que não ocorreu em razão *"da implementação do sistema SEUU na Comarca, estando o andamento dos processos pouco mais lento do que a normalidade"* (fl. 14).

Assim, requer, em liminar e no mérito, *"a revogação da prisão do paciente ADÃO ADONES, bem com a manutenção do regime SEMIABERTO com Monitoramento Eletrônico, logicamente sem prejuízo da análise da prática de eventual infração disciplinar, nos termos do artigo 146-D da LEP"* (fl. 16).

É o relatório. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que constatou o Juízo das Execuções Criminais ao destacar a violação reiterada às regras de monitoramento eletrônico relativas ao perímetro a ser respeitado, conforme se observa *in verbis* (fl. 33):

*"Considerando que no histórico do apenado constam várias intercorrências por fugas praticadas anteriormente, demonstrando que o mesmo não possui responsabilidade quanto ao cumprimento da pena, INDEFIRO o pedido defensivo e não acolho a justificativa.*

*Ademais, resta prejudicado o pedido de progressão de regime até análise de falta grave.*

*Expeça-se mandado de prisão, com validade até 10/04/2046.*

*No mandado de prisão deverá constar o regime carcerário da fuga. Com a prisão do apenado, a casa prisional deverá proceder no recolhimento cautelar do apenado ao regime mais gravoso subsequente."*

O Tribunal de origem, por sua vez, manifestou-se da seguinte maneira (fls. 25-27; sem grifos no original.):

*"Quando da análise do pedido de liminar, assim me manifestei, fundamentos que agrego ao presente, como razões de decidir:*

*'[...]*

*Pelo que se depreende dos autos, verifica-se que o paciente estava em regime semiaberto, em monitoramento eletrônico, quando violou a zona de monitoramento, passando à condição de foragido.*

*Diante dessa situação, foi revogado o benefício do monitoramento eletrônico, determinando-se a expedição de mandado de prisão, restando prejudicado o pedido de progressão de regime até análise da falta grave.*

*Nenhuma ilegalidade se verifica, portanto, na revogação do monitoramento anteriormente concedido e retorno do apenado ao regime semiaberto, situação em que se encontrava antes de se evadir.*

*Nos termos do art. 146-D, II da LEP, o benefício da prisão domiciliar e, conseqüentemente, do monitoramento eletrônico, poderá ser revogado 'se o acusado ou condenado violar os deveres a que estiver sujeito durante a sua vigência ou cometer falta grave.' O segregado tinha plena ciência das condições à que estava submetido e, ainda assim, ao que consta da decisão, violou a zona de monitoramento.*

*A bem da verdade, o paciente, a seu livre talante, permaneceu alheio à fiscalização estatal, o que demonstra, sobremaneira, a intenção de furtar-se à aplicação da lei.*

*Depreende-se, assim, que o recolhimento do paciente ao cárcere, é medida que encontra guarida na legislação.*

*Mas a intenção do paciente, pelo que se verifica, é obter o retorno à prisão domiciliar, o que não calha, uma vez que teve revogado o benefício na origem, porque descumpridas as condições respectivas, não havendo flagrante ilegalidade a ensejar reparo por esta via constitucional.*

*Nesse cenário, não se verifica coação ilegal que esteja a submeter o paciente apto a autorizar a concessão da ordem, sua manutenção no regime semiaberto e a conclusão judicial pela revogação do monitoramento eletrônico mostrando-se medidas, em princípio, pelo contexto fático-jurídico, acertadas.*

*Dentro deste contexto, não transparece, de plano, constrangimento ilegal que esteja a submeter o paciente, a ponto de viabilizar a concessão da liminar.'*

*Acresço.*

*Já na primeira oportunidade transparecia a legalidade da*

*prisão, lastreada na revogação do monitoramento anteriormente concedido e determinação de retorno do apenado ao cárcere.*

*E essa impressão não foi desfeita pelas informações prestadas pela autoridade coatora, pelo contrário, só vieram a confirmá-la.*

*Com efeito.*

***Como já dito por ocasião do exame da liminar, o art. 146-D, II da LEP prevê que o benefício da prisão domiciliar e, consequentemente, do monitoramento eletrônico, poderá ser revogado 'se o acusado ou condenado violar os deveres a que estiver sujeito durante a sua vigência ou cometer falta grave.'***

***Logo, a determinação de recolhimento do paciente ao cárcere, decorrente da revogação do monitoramento eletrônico, estando ele na condição de foragido do sistema prisional até hoje, o que, em tese, caracteriza falta grave, é medida que encontra guarida na legislação.***

***Diante de tais circunstâncias, não vislumbro a ocorrência de coação ilegal a atingir o jus libertatis do paciente que mereça reparação por este remédio constitucional."***

Os fundamentos apresentados pelas instâncias ordinárias para caracterizar a conduta como falta grave não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, sobretudo porque, aparentemente, estão em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior.

A propósito, cito os seguintes precedentes:

***"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UTILIZAÇÃO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA SEM BATERIA. FALTA GRAVE. VIOLAÇÃO DO PERÍMETRO DE INCLUSÃO. SANÇÃO DISCIPLINAR DE REGRESSÃO DE REGIME PREVISTA NA LEP. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.***

***1. A teor dos precedentes desta Corte, a utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente configura falta grave, nos termos dos arts. 50, VI, e 39, V, ambos da LEP, pois o apenado, com sua conduta, descumpre as ordens do servidor responsável pela monitoração e impede a fiscalização da execução da pena.***

***2. Além do mais, o reeducando violou a zona de monitoramento dezoito vezes, o que também autoriza sanção disciplinar de regressão de regime, a teor do art. 146-C, parágrafo único, I, da LEP.***

***3. As instâncias ordinárias consideraram inacreditáveis as alegações de que os fatos se deram para execução de trabalhos, atendimento de saúde, conversas com defensor e idas ao fórum eleitoral. As justificativas não podem ser reexaminadas por este Superior Tribunal, pois trata-se de controvérsia fática, cuja resolução encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.***

4. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no REsp 1.766.006/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018; sem grifos no original.)

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FALTAS GRAVES. MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. **DESCUMPRIMENTO DA RESTRIÇÃO DE DESLOCAMENTO**. ROMPIMENTO DA TORNOZELEIRA. ART. 146-C, I, DA LEP. FALTA GRAVE CARACTERIZADA. ART. 50, VI, C/C ART. 39, V, DA LEP. SUBVERSÃO DA ORDEM. TESE DE AUSÊNCIA DE PROVAS. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. SANÇÕES. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA PROGRESSÃO. ADEQUAÇÃO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

[...]

*II - Nos termos do art. 146-C, I, da LEP, o apenado submetido a monitoramento eletrônico tem que observar as condições e limites estabelecidos para deslocamento. Ao violar a zona de monitoramento e romper a tornozeleira, o apenado desrespeitou ordem recebida, o que configura a falta grave tipificada no art. 50, VI, c/c o art. 39, V, ambos da LEP, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior. Precedentes.*

*III - Consoante art. 50, I, da LEP, comete falta grave o interno que incita ou participa de movimento para subverter a ordem ou a disciplina. A modificação do entendimento das instâncias ordinárias, que concluíram pela configuração da falta grave, demandaria aprofundado exame do acervo fático-probatório do processo de execução, providência inviável na via estreita do habeas corpus.*

*IV - A prática de falta grave autoriza a regressão de regime prisional, conforme reza o art. 118, I, da Lei de Execução Penal. Importa, ainda, na alteração da data-base para a progressão de regime, não podendo refletir no livramento condicional (Súmula 441/STJ), comutação de pena ou indulto (Súmula 535/STJ). Precedentes.*

*Habeas Corpus não conhecido.*" (HC 438.756/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 11/06/2018; sem grifos no original.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo das Execuções Penais.

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora